



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES

Processo n.º: 6591/2023

Projeto de Emenda n.º: 01/2024

Autoria: Johnatan Depollo

**INFÂNCIA SEM PORNOGRAFIA QUE
DISPÕE SOBRE O RESPEITO DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS À
DIGNIDADE ESPECIAL DAS CRIANÇAS E
DOS ADOLESCENTES, PESSOAS EM
DESENVOLVIMENTO E EM CONDIÇÃO DE
ESPECIAL FRAGILIDADE PSICOLÓGICA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de emenda substitutiva de autoria do Vereador Johnatan Depollo, com objetivo de dispor sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica.

O Projeto de emenda apresentado, estabelece diretrizes para que servidores públicos municipais possam cooperar na formação moral de crianças e adolescentes.

A matéria foi protocolizada em 04/03/2024, tendo a Procuradoria da Casa exarado parecer FAVORÁVEL ao referido projeto de lei.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

- de modo taxativo - as hipóteses em que essa cláusula de privatividade rege a instauração do processo de formação das leis.

Configuram a exceção, devendo, portanto, serem interpretadas de forma restritiva, sob pena de se esvaziar a atividade legislativa do Parlamento. Essa é a posição consolidada no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

Portanto, a proposição traduz-se em atribuição típica da competência legislativa municipal, de modo que não há invasão à esfera do Poder Executivo, tampouco ingerência em sua organização administrativa, não havendo falar em desrespeito ao princípio constitucional da separação e independência dos poderes (art. 2º da CRFB/88 e art. 17 da Constituição Capixaba).

A rigor, portanto, não houve por obra do legislador municipal qualquer ingerência no que concerne à criação ou alteração de atribuições dos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo local.

Aliás, frise-se, o simples fato de a norma estar direcionada ao Poder Executivo não implica, por si só, que ela deva ser de iniciativa do Prefeito, sob pena de nefasto engessamento do Legislativo.

Em sendo assim, não reside no presente projeto de lei nenhum vício material, estando o conteúdo do ato em sintonia com o *bloco de constitucionalidade* e demais parâmetros legais.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa e não vinculante** do parecer jurídico, e assegurada a soberania do Plenário, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES, opina pela **VIABILIDADE** do PLO, portanto, **CONSTITUCIONAL**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Linhares/ES, 20 de março de 2024.

Alysson Francisco Gomes Reis

Presidente

Francisco Tarcísio Silva

Relator

Johnatan Depollo

Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340037003700310038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Johnatan Maravilha** em 20/03/2024 11:36

Checksum: **3FD77221E46254A67C2FAA2E7433ED4E4EAA6BA8B545BF5FE144DE57DEC083E7**

Assinado eletronicamente por **Tarcisio Silva** em 20/03/2024 13:24

Checksum: **21EA79ECBC826F11FE54AB285D3EA472E84A8F3FDD45C7E272B1041620F49F34**

Assinado eletronicamente por **Alysson Reis** em 21/03/2024 08:54

Checksum: **1D7DBF006B6878AFD846DC6D2172B68C31CBB15FB3F6FCFE920FEDBF827871A2**

